

A notícia como construção social no universo jornalístico

Ruhani Maia Gama, Maria Cristina Dadalto*
Centro Universitário Vila Velha

Índice

1 Introdução	1
2 O cotidiano jornalístico	2
3 A produção social da notícia	4
4 Observando a construção da notícia	7
5 À guisa da conclusão	10
6 Referências	11

Resumo

A partir da reflexão Teoria das Representações Sociais busca analisar sociologicamente o universo jornalístico, reconhecer a rotina produtiva diária do jornalista e identificar a relação do profissional com os aspectos objetivos e subjetivos que coexistem nesta profissão. Pressupõe que o caráter subjetivo do profissional influencia significativamente a prática do jornalismo. Utiliza o método da observação participante para caracterizar a notícia como uma

*Ruhani Maia Gama é jornalista formada pelo Centro Universitário Vila Velha. Aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ruhanimg15@yahoo.com.br.
Maria Cristina Dadalto é Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Jornalista. Professora do Centro Universitário Vila Velha. E-mail: cristina.dadalto@uvv.br; cristinadalto@hotmail.com.

construção social e refletir sobre o papel do jornalismo na construção da realidade do homem. Propõe introduzir o emprego da intersubjetividade no processo de produção da notícia.

Palavras-chave: Objetividade, Subjetividade, Objetivações, Construção Social, Representações Sociais.

1 Introdução

O cotidiano é constituído por fatos e ações relacionadas a contextura em que se vive. Entretanto, estes acontecimentos coexistem e dependem de uma dada realidade e do seu próprio conhecimento para serem efetivamente considerados. Os conceitos realidade e conhecimento correspondem a nexos sociais específicos, o que, de acordo com Berger e Luckmann (2002), são essenciais para a afirmativa que apresenta o real como resultado de um processo de construção social.

Constituídos por aspectos subjetivos e objetivos presentes no dia-a-dia, os contextos sociais podem ser diferenciados a partir das experiências decorrentes da interação e da comunicação entre as pessoas. A subjetivi-

dade, responsável pelo acesso aos aspectos subjetivos do outro por meio de diversos sintomas apresentados em um contato, pode ser identificada por meio da situação face a face proveniente da interação social e estabelecida pelo intercâmbio comum de expressividades entre os seres humanos.

Entretanto, este acesso não é paralelo ao do homem à própria subjetividade. O caráter subjetivo do outro é mais próximo do ser humano que o caráter de si mesmo, visto que a situação face a face garante tal proximidade automaticamente. Além disso, mediante o intercâmbio extremamente variado e sutil de subjetividades pelo qual é formada, esta interação é flexível e isenta de qualquer padrão imposto que possa ser continuamente modificado.

Os aspectos objetivos vigentes na vida diária também estão vinculados à subjetividade garantida por meio da situação. Tendo em vista que se manifestam em produtos da atividade humana, as objetivações são apreendidas por meio da expressividade. Ou seja, os aspectos objetivos do cotidiano permitem que as influências subjetivas sejam mantidas além da situação particular, sendo assim determinados como índices mais ou menos duradouros de processos subjetivos.

As objetivações determinam a realidade da vida cotidiana. Apesar de que, frente o constante contato com objetos que apresentam as intenções subjetivas do outro ser difícil identificar certamente o que um dado objeto representa, as objetivações têm o poder de superar e reconstruir a subjetividade do homem. E este poder ocorre principalmente por meio da significação determinada pela produção de sinais, que podem distinguir-se de outras objetivações, visto que são utilizados como índices de significados subjetivos.

Agrupados sistematicamente no mundo da vida diária, os sinais são objetivações por serem objetivamente acessíveis além da expressão de subjetividade garantida no “aqui e agora” e capazes de se destacar das expressões subjetivas imediatas – como a linguagem. Algumas circunstâncias complementam os aspectos objetivos que existem na vida diária da sociedade. A ordem, o espaço e o tempo, por exemplo, são circunstâncias responsáveis pela apreensão da realidade cotidiana, estruturadas objetivamente no contexto em que se está inserido a fim de orientar as influências subjetivas provenientes das interações sociais que ocorrem em cada meio.

A caracterização dos aspectos subjetivos e objetivos permite considerar que a realidade coloquial é formada por algumas objetivações que, embora oriundas de processos subjetivos, são ângulos objetivos da vida do homem mediante o caráter empírico que apresentam. Sendo assim, os enfoques subjetivos e objetivos possuem uma relação explícita e até mesmo necessária no mundo cotidiano e, frente à construção social da realidade, determinam-se como fatores fundamentais na constituição e desenvolvimento na sociedade.

2 O cotidiano jornalístico

O jornalismo está diretamente relacionado à sociologia do conhecimento. A participação da atividade jornalística na realidade social ocorre desde a determinação do que é notícia até sua ressignificação pelo receptor. Baseada nos fatos decorrentes das ações no meio social, econômico, político e cultural, a notícia exige e depende desta participação. A vinculação da atividade jornalística com a re-

alidade da vida cotidiana é recíproca. Ou seja, ao mesmo tempo em que protagoniza diversos acontecimentos no mundo real, o sujeito também é o receptor e ressignifica estes fatos produzidos pelos veículos de comunicação, o que possibilita a caracterização da notícia como uma construção social.

O caráter de construção social da notícia é, assim, justificado pela vigência das circunstâncias objetivas e, sobretudo, das influências subjetivas do cotidiano de diversos membros da sociedade no processo de produção das informações. Além de estarem evidentes nesse processo, por coexistirem na realidade social do jornalista responsável por tal produção, os aspectos objetivos e os aspectos subjetivos de um dado contexto constituem os fatos transformados em notícia e, assim, destacam-se na participação do jornalismo na construção social da realidade.

Integradas à dinâmica do universo jornalístico, algumas objetivações, junto à subjetividade do jornalista, são identificadas em todas as faces desta profissão. Para comprovar tal afirmativa, estudos realizados ao longo de várias décadas sobre a atividade jornalística demonstram que os aspectos subjetivos e os aspectos objetivos da realidade da vida cotidiana tornaram-se fatores bastante significativos para o desenvolvimento e consolidação de diversas teorias do jornalismo.

As teorias do jornalismo apresentam diversas perspectivas sobre a rotina produtiva diária da atividade, que, por sua vez, possibilitam identificar a relação entre as circunstâncias objetivas e as influências subjetivas na vida deste profissional, de acordo com o que abordam em cada estudo. Oriunda da própria ideologia profissional dos jornalistas, pelo menos nos países ocidentais, a Teoria

do Espelho foi a primeira a explicar a natureza das notícias.

Segundo esta perspectiva, o jornalista é um comunicador com a missão de apurar e informar a verdade, e, diante disso, as notícias são de determinada forma porque a realidade assim as origina. Já a Teoria do Gatekeeper assegura que a produção da informação é determinada por uma série de escolhas, visto que as notícias dependem da seleção decisiva do jornalista – o gatekeeper – para serem produzidas. Em contraposição, a Teoria Organizacional analisa o jornalista mediante o contexto da empresa em que atua. Ou seja, salienta as imposições organizacionais sobre a atividade junto à conformação do indivíduo com as normas da política editorial, em detrimento das crenças, opiniões e conceitos pessoais.

Nesse contexto, também se destacam as Teorias Construcionistas. Responsáveis pela ascensão do paradigma das notícias como construção consideram impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os media. Garantem, ainda, que o uso da linguagem na transmissão direta dos significados não consegue ser neutra e que os jornalistas geraram a própria representação diante dos fatos devido aos aspectos organizacionais do trabalho jornalístico, as limitações financeiras e à maneira própria que a organização responde à imprevisibilidade dos acontecimentos.

As principais representantes das Teorias Construcionistas são as teorias Estruturalista e Interacionista. Segundo Traquina (2004), ambas rejeitam a Teoria do Espelho, criticam o “empiricismo” ingênuo dos jornalistas e vêem as notícias como um resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais. Bem como, abordam

significativamente a cultura jornalística (reconhecimento dos jornalistas como participantes ativos da construção da realidade) e consideram que as notícias são narrativas.

Essas teorias apresentam-se como referência para o reconhecimento do campo jornalístico e, sobretudo, à rotina produtiva que faz parte da vida diária do profissional na contextura em que ele está inserido. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se diferenciam pelas perspectivas abordadas, as teorias do jornalismo têm em comum a relevância do processo de elaboração da notícia na prática jornalística.

3 A produção social da notícia

Característica integrada a todas as dimensões do universo jornalístico, a notícia pode ser definida como o relato integral de um fato do mundo real. Composta, portanto, pela relação entre os seres humanos no meio em que estes estão inseridos, e, que, por sua vez, é marcado pela pluralidade das pessoas que o constitui.

Com base na necessidade do desenvolvimento da comunicação em todos os contextos reais, determinada pela diversidade humana, pressupõe-se que a notícia ocorre em um espaço de ação e discurso que, associado ao significado do termo público, apresenta-se como espaço público. Tal relação é ainda mais evidenciada pelo vínculo permanente entre os dois conceitos, tendo em vista que, além da própria formação, a consolidação e o reconhecimento da notícia pelos espectadores são dados somente na esfera pública.

Apreendido como imortal, o espaço público é baseado no diálogo e na conversação frente à realidade plural que apresenta, determinando a vigência de diferentes perspec-

tivas que necessitam da ação e do discurso para coincidirem nessa formação. Segundo Habermas (1990) é no espaço da esfera pública que os cidadãos realizam trocas de sociabilidade e onde os princípios da transparência e da prestação de conta são desenvolvidos.

Diante destas concepções, tem-se que a alteridade é um dos aspectos mais relevantes na constituição do espaço público. Tal relação demonstra que a vida pública é um elemento constitutivo da gênese e desenvolvimento de vidas individuais que, entretanto, direciona alguns dos parâmetros normativos que orientam a vida em comum.

O espaço público, portanto, reflete a dialética entre o Um e o Outro, bem como sublinha a importância das relações entre sujeito-outro sujeito-sociedade, a fim de sustentar os possíveis significados tanto da vida individual quanto da vida pública. Também é designado como o lugar em que uma comunidade pode desenvolver e consolidar conhecimentos sobre si mesmo, e, nesse caso, promover o aparecimento das representações sociais.

Tendo em vista que uma representação é o mero reflexo do mundo externo na mente ou uma marca da mente que se reproduz no mundo externo, observa-se que podem ser cultivadas e se estabelecerem no terreno fornecido pela esfera pública. Vinculadas à formação e ao desenvolvimento de representações e símbolos revelam, por sua vez, a natureza pública dos processos subjacentes à própria formação.

A partir da noção de espaço potencial associada à dinâmica da atividade simbólica do ser humano, a natureza das representações sociais pode ser definida por meio dessa atividade e da relação com os outros. Desse

modo, permitem uma mediação entre o sujeito e o mundo que o indivíduo descobre e constrói simultaneamente, assim como o desenvolvimento de pedaços de realidade social mobilizados pela atividade criadora de sujeitos sociais para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais eles se encontram: os símbolos.

Frente ao caráter simbólico, as representações sociais se constroem sobre a capacidade representacional de um sujeito psicológico que não pode ser entendida fora de uma dimensão de alteridade. Igualmente a atividade simbólica e a do próprio sujeito individual são constituídas pela realidade social. “Os processos que constituem essas representações estão integrados à comunicação e às práticas sociais por meio do diálogo, do discurso, dos rituais, dos padrões de trabalho e produção, da arte, enfim, da cultura”, assegura Jovchelovitch (1999: 79).

A estrutura das representações sociais é apreendida apenas mediante a relação com o processo de formação e transformação de cada uma delas. Ou seja, as representações não são um agregado de representações individuais, da mesma forma que o social é mais que um agregado de indivíduos. Devem, nessa direção, ser analisadas pelos processos de comunicação e vida que as constituem e que também lhes conferem uma estrutura peculiar. Tem-se, portanto, que as mediações sociais são as responsáveis pela formação das representações.

Sociais na própria gênese e forma de ser, tais mediações necessitam de um mundo composto por diversos indivíduos para existir. Estabelecem, dessa maneira, uma profunda relação com as representações sociais, que, por sua vez, se apresentam como uma estratégia desenvolvida por atores soci-

ais com o intuito de enfrentar a diversidade e a mobilidade do mundo. Essas representações surgem em um espaço potencial comum, no qual cada sujeito ultrapassa a própria individualidade a fim de entrar em um domínio que, mesmo relacionado ao domínio de si mesmo, é dado como distinto: o espaço público. Assim, tanto surgem como se tornam mediações sociais.

Com base em tais considerações, ratifica-se que as representações sociais apresentam a vida comum a todos os indivíduos em uma esfera pública e evidenciam a vida individual de cada um. Além disso, promovem o intercâmbio entre o sujeito individual e o sujeito social e explicitam que a vida das pessoas só é possível mediante a presença de outros seres no mesmo espaço, sendo assim fundamentais para a constituição de uma comunidade.

A Teoria das Representações Sociais enfatiza e consolida a relevância das representações na sociedade, revelando sua presença tanto no meio social quanto no meio individual, devendo ser analisadas nos dois contextos. Ou seja, ela é fundamental para a compreensão dos fenômenos coletivos, demonstrando o quanto um indivíduo é um produto da sociedade e o quanto um indivíduo muda a sociedade em que vive.

A partir das concepções que contribuíram com a elaboração e o desenvolvimento dessa Teoria, as representações sociais podem ser analisadas mediante o termo senso comum – conjunto de abstrações, formalizações e generalizações que, por sua vez, são fatos interpretados e construídos no dia-dia. Segundo interpretação dos estudos fenomenológicos, a existência cotidiana é dotada de significados, que devem ser avaliados como construções mentais ou representações do senso co-

num, portanto, portadora de estruturas de relevância para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto social.

Nessa direção, pode-se considerar que a história de vida de qualquer sujeito determina o número e a natureza desse indivíduo, visto que cada um distingue a própria experiência e releva determinados temas, aspectos ou situações conforme seu conhecimento. Nesse caso, tem-se que a identificação – dada, portanto, pela ação e, posteriormente, pela atribuição dos significados relevantes para tal ação, de acordo com a história de vida e com o estoque de conhecimentos provenientes da experiência de interação que cerca esse sujeito – é determinada pelo contexto social em que ele está inserido a partir do senso comum.

Diante dessa abordagem, o presente estudo relaciona a Teoria das Representações Sociais com o reconhecimento da objetividade como senso comum sobre o jornalismo vigente na sociedade. Ou seja, apreendida pela relação com o processo de formação e transformação de si mesma em um contexto social, a objetividade pode ser caracterizada como uma representação social, que apontada como virtude da atividade jornalística há quase um século pela imprensa, sofreu um processo de disseminação e consolidação como referência para a atividade no meio social. Essa apreensão, decorrente tanto das instituições de ensino quanto da própria comunidade jornalística, é identificada na vida comum a uma grande quantidade de indivíduos que compõem a esfera pública.

Tendo em vista que as representações sociais não podem ser consideradas como verdade científica, que culmine na redução da realidade à concepção dos indivíduos por

não confirmarem a existência de tal fato, pode-se destacar que a objetividade não deve ser defendida pelo universo jornalístico. Dessa maneira, essa representação social não pode ser considerada pela imprensa como virtude da atividade jornalística.

Tal observação é justificada pela caracterização da notícia como construção social. Ou seja, mediante a afirmação de que o processo de produção da notícia é, junto à vigência de circunstâncias objetivas, influenciado pela subjetividade humana. A objetividade torna-se, assim, uma qualidade improvável para a prática jornalística como consequência da relevância do caráter subjetivo na dinâmica do jornalismo, não podendo ser considerada como característica dessa atividade.

Na prática do cotidiano jornalístico as informações coletadas são formadas por circunstâncias objetivas e influências subjetivas. Constituem uma sociedade determinada por objetivações e interações que ressaltam, sobretudo, a subjetividade, justificando que os acontecimentos dados como notícia são construções sociais.

Os fatos noticiados são significativamente construídos por influências subjetivas vigentes na realidade social. Nesse processo, mesmo que relatados de forma mais objetiva e direta possível (o que é um tanto quanto improvável), os fatos já estão atrelados à subjetividade das pessoas que os consolidaram no ambiente social na qual estavam inseridas e à subjetividade dos indivíduos que os propagaram até o momento em que foram capturados pelo veículo de comunicação, sendo esses indivíduos jornalistas ou não. Sendo assim, anulam a objetividade definida pela imprensa.

Paralelamente à natureza subjetiva dos fatos determinados como notícia, percebe-se

que a subjetividade também é bastante considerável no processo de produção da notícia por meio dos jornalistas. Esse processo consiste na apuração, na construção e na transmissão do acontecimento, e ocorre sob a influência dos aspectos subjetivos do profissional responsável pela consolidação do que será divulgado para o público.

Frente a esta afirmação, tem-se que, na realidade cotidiana do jornalista, a produção da notícia é baseada na maneira que o profissional vê, sente e reage à ação dos agentes externos, isto é, na subjetividade deste indivíduo. Com isso, pode-se destacar uma contraposição ao balanço objetivo, à reportagem objetiva, ao relato objetivo, à declaração objetiva, ao texto objetivo e a todas as práticas objetivas ainda vigorantes na concepção sobre a profissão.

Desse modo, este artigo expressa a convicção de que as notícias são construções sociais e que a consequência desta determinação está na improbabilidade do caráter objetivo da atividade jornalística. Entretanto, deve-se lembrar que a objetividade é ainda uma qualidade defendida por alguns profissionais da área que, por sua vez, contribuem com a manutenção desse conceito como senso comum na sociedade – o que também o determina como uma representação social.

Com base no que já foi abordado, salienta-se que a definição da objetividade enfatiza a desconsideração do caráter objetivo na dinâmica do universo jornalístico. Além disso, o próprio conceito de objetividade consolida essa desconsideração. Ao ser apresentado pelo Novo Dicionário Aurélio (1999), o verbo objetividade está associado à rigorosa imparcialidade e ao pensamento sem julgamento de valor.

Já o Dicionário Básico de Filosofia de-

fine essa qualidade como característica daquilo que existe independente do pensamento, como objeto da experiência (filosofia kantiana) e como tentativa de construir uma ciência que se afaste da sensibilidade e da subjetividade, baseada em observações controladas, em verificações, medidas e experimentos, cuja validade seja garantida pela possibilidade de reproduzi-las e testá-las (sentido epistemológico).

Diante destas perspectivas, pode-se então ratificar que a objetividade defendida pela imprensa é claramente impraticável no jornalismo. Assim, por mais que se depare com circunstâncias objetivas (objetivações) nunca estará desvinculada do pensamento e do conhecimento, suportando continuamente influências subjetivas conforme o contexto em que estão inseridas.

4 Observando a construção da notícia

Constatação empírica sobre esse processo de caracterização da notícia como construção social e da objetividade como qualidade improvável da atividade jornalística puderam ser apreendidas por meio de uma pesquisa de observação participante realizada no jornal *A Tribuna*,¹ de Vitória, em outubro de

¹ Fundado em 22 de setembro de 1938, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, o jornal *A Tribuna* pode ser definido como um autêntico jornal popular. Foi dirigido por diversos grupos políticos até ser adquirido pelo Grupo João Santos, que o administra há 40 anos. Esta trajetória é marcada pelo início da impressão do jornal em formato tablóide, em 1987, e por grandes transformações que foram fundamentais para a consolidação do veículo no Estado. O jornal *A Tribuna* já conquistou o maior índice de crescimento em percentual do país e recebeu o prêmio Colibri de Ouro, como Veículo de Comunicação do

2007 e sua análise por meio da Teoria das Representações Sociais.

Nesse caso, mediante análise específica e microssociológica – uma vez que esta pesquisa é baseada apenas em um segmento de comunicação, isto é, o jornal impresso, e na relação direta de acompanhamento de atividade de duas jornalistas com a construção da notícia, sem considerar a linha editorial do veículo, por exemplo – estas considerações serão sustentadas por algumas situações relevantes detectadas na dinâmica da rotina produtiva de cada uma dessas profissionais.

Apesar das jornalistas observadas executarem funções distintas, visto que uma é chefe de pauta e outra é repórter do jornal, ambas estão condicionadas às mesmas perspectivas, ou seja, identificados como diretrizes da linha editorial do jornal *A Tribuna*. O caráter popular e o interesse em alcançar o maior número de pessoas são fatores determinantes para a veiculação de qualquer informação no tablóide. Paralelo a tal observação, este artigo utiliza a construção das notícias como principal instrumento de análise. Consolidado desde a propagação e utilização do acontecimento até sua produção e transmissão pelo veículo, esse processo é desenvolvido de maneira diferente pelas jornalistas: uma é responsável por determinar os fatos e orientar os repórteres, a outra segue a pauta elaborada para a produção e redação do assunto estabelecido.

Para contrapor esta distinção, tem-se que a construção da notícia é determinada simultaneamente por alguns fatores. Segundo Melo (2007), os mais relevantes são: as técnicas

Ano (1997); tornou-se líder em circulação na Grande Vitória (1999) e alcançou a liderança em todo Estado (2000).

particulares da narrativa jornalística, o processo de seleção dos acontecimentos noticiosos, a ordenação particular do tempo pelo jornalismo, as relações com o poder localizadas entre os jornalistas e as fontes noticiosas e a interferência da realidade socialmente, culturalmente e historicamente constituída tanto durante a ocorrência do fato quanto na vida dos jornalistas responsáveis pelo processo de produção do acontecimento.

Presentes em toda e qualquer prática jornalística, independente do segmento e da linha editorial do veículo, esses fatores, que por sua vez evidenciam a relevância da subjetividade no universo jornalístico, foram parcialmente identificados durante a observação das jornalistas. No entanto, a análise é baseada em outras considerações notadas a partir do acompanhamento dessas profissionais que, da mesma forma, explicitam as influências subjetivas vigentes no processo de construção da notícia.

As notícias são construções sociais desde o momento em que surgem e são consolidadas na sociedade, bem como quando são propagadas até o veículo de comunicação. Ou seja, os fatos e ações noticiados são constituídos mediante as relações sociais que, naturalmente subjetivas, consolidam os acontecimentos no mundo real. Além disso, o indivíduo responsável por levar o fato aos jornalistas da redação – que pode ser qualquer pessoa que tenha informações sobre a ocorrência, desde o próprio protagonista do acontecimento até algum jornalista da empresa – também influencia subjetivamente tal propagação.

Ao surgirem e serem propagados, os fatos devem primeiramente chegar à produção da pauta, principal meio de orientação dos repórteres e de determinação do que será notí-

cia no veículo, e o fazem por meio de ligações, e-mails, televisão, rádios e sites (usados às vezes ao mesmo tempo). Na atividade de observação constatou-se que apesar de receber por dia várias sugestões para a elaboração da pauta, a jornalista pauteira utiliza outros diversos meios de comunicação que garantam ou estimulem idéias para a determinação de algum fato como notícia.

A pauta do jornal A Tribuna é composta diariamente por 14 temas para serem noticiados e apurados pelos repórteres. Embora seja elaborada com o auxílio de três estagiários, ela é constituída por assuntos selecionados a partir da atenção, do interesse e da relevância que apresentam para a chefia de pauta, tanto particularmente quanto pela maior abrangência pública que possuem, como pelos critérios editoriais do veículo – o que, novamente, evidencia a influência subjetiva do profissional no processo de produção da notícia.

Já a pauta “fechada” – estruturada a partir dos acontecimentos agendados e com data marcada para ocorrer – está excluída do processo de seleção da pauteira. Com isso, determina-se efetivamente o que será apurado e produzido pelos repórteres do veículo e o que será ou não noticiado, de acordo com a linha editorial da empresa. Pode-se, assim, averiguar que as notícias são constituídas pela influência da subjetividade da chefe de pauta do tablóide, camuflada em todo processo de produção da notícia.

A realidade da vida cotidiana da jornalista influencia significativamente a busca e a seleção de assuntos para a pauta. Nesse caso, considera-se que além do próprio contexto de prática, o contexto de vida da profissional está bastante associado a alguns assuntos que fizeram parte da pauta durante o acompanhamento dessa jornalista. Para esclarecer tal

afirmação, usaremos da explicação de uma situação específica de produção de pauta: a decisão de definir uma matéria sobre produtos estéticos clandestinos.

Com o objetivo de alcançar o público do jornal A Tribuna, a jornalista direciona o fato para a região da Grande Vitória e, nesse caso, determina a investigação de salões de beleza clandestinos. Como tem o hábito de frequentar salões de beleza na capital, costuma usar produtos estéticos e ir a clínicas de estética, avalia que a questão dos produtos clandestinos é interessante.

Assim, baseada nas condições dos serviços e demais elementos associados ao tratamento de beleza na região, a pauta selecionada corresponde, direta ou indiretamente, à realidade cotidiana da chefe de pauta. Sendo assim, pode-se destacar que a identificação da profissional com tal assunto – que, por exemplo, poderia ter menor probabilidade de realização se partisse de um pauteiro – influenciou consideravelmente a seleção desse fato.

Por outro lado, notícias produzidas para a pauta semanal distinguem-se dos assuntos que compõem a elaborada para o sábado e o domingo. Os temas abordados pelo jornal nos finais de semana consistem em “matéria frias”, mais leves para o público, e não muito factuais – refletindo que, paralela à seleção dos fatos, a subjetividade também influencia a identificação das informações como frias ou não para serem veiculadas, sendo estas selecionadas no mesmo processo realizado diariamente no decorrer da semana.

Tendo em vista a natureza de todos estes fatos, deve-se lembrar que o processo de produção da notícia, reforça ainda mais o caráter social do fato que é noticiado. Ou seja, ocorre semelhantemente sob o controle da

realidade da vida cotidiana da jornalista que a realiza, sem desconsideração às circunstâncias objetivas vigentes nesse meio. Desse modo, considera-se que o processo de construção da notícia realizado pela repórter evidencia o caráter subjetivo da profissional, o que caracteriza novamente a notícia como construção social.

Apesar de desempenhar uma função diferente da que é exercida pela chefe de pauta, a repórter do jornal trabalha com estratégias semelhantes. Frente à função de apurar e expressar os acontecimentos provenientes da realidade cotidiana da sociedade, também assume a responsabilidade de buscar as fontes, definir as fotos e levantar o que for necessário para a construção da notícia. Nessa direção, observa-se que a profissional associa completamente a própria subjetividade ao processo de produção da notícia.

Com base nesta experiência, confirma-se a caracterização da notícia como construção social a partir da análise de observação participante de duas jornalistas do jornal A Tribuna. A natureza dos fatos reais noticiados é, portanto, determinada pela evidência da subjetividade na consolidação desses acontecimentos na sociedade, estando a propagação desses fatos para a redação do veículo de comunicação também submetida à influência do caráter subjetivo do sujeito responsável por essa ação, com a realidade da vida cotidiana do jornalista influenciando significativamente o processo de produção da notícia.

Conseqüentemente, a dinâmica da atividade jornalística é constituída por circunstâncias objetivas, mas, sobretudo, por influências subjetivas. Mediante observação participante no acompanhamento da rotina produtiva da pauteira e da repórter do jornal A Tribuna, comprova-se que a subjetivi-

dade influencia a dinâmica da prática jornalística. Sendo a objetividade defendida pela imprensa impraticável, um verdadeiro mito associado ao jornalismo.

5 À guisa da conclusão

A partir da discriminação da notícia como construção social no universo jornalístico, pressupõe-se que o jornalismo é uma instituição legitimada pela sociedade, participando significativamente da formação da realidade da vida cotidiana de cada membro desse meio social. A relevância da atividade jornalística na construção social da realidade pode ser dada pela relação recíproca e permanente que a dinâmica da profissão determina com o indivíduo no contexto em que ele vive, tornando-se assim importante para o desenvolvimento e constituição da sociedade.

Diante do papel que o jornalismo possui na construção da realidade cotidiana da sociedade, bem como do caráter social de todo processo de produção da notícia, observa-se ainda que as influências subjetivas evidentes nesse processo não devem ser consideradas como puras. De acordo com Melo (2007), a subjetividade presente na dinâmica da atividade jornalística pode ser traduzida nas perspectivas que estão relacionadas tanto ao jornalista, quanto ao veículo que divulga o acontecimento.

Salienta-se que as influências subjetivas vigorantes no processo de construção da notícia foram claramente identificadas durante a observação participante das duas jornalistas do jornal A Tribuna. Sendo assim, pode-se afirmar que a subjetividade é evidente no universo jornalístico, porém não ocorre de maneira isolada tendo em vista a importân-

cia da linha editorial do meio de comunicação, bem como a existência de algumas circunstâncias objetivas nesse processo – representadas, por exemplo, pela ordem, pelo espaço, pelo tempo e por outras objetivações responsáveis por refletir e prolongar a subjetividade.

A coexistência dos aspectos objetivos e subjetivos constituintes dos fatos e das ações na sociedade determina uma relação dialética na construção da realidade social e em todo processo de construção da notícia. Nesse caso, com base na importância do jornalismo para o desenvolvimento e constituição da sociedade, este artigo sugere a consideração da intersubjetividade na dinâmica da atividade jornalística.

Definida por Bucci (2000) como a objetividade nos procedimentos, a intersubjetividade pode ser apresentada no jornalismo como um campo que promove a interação entre os jornalistas, sendo estes norteados por rotinas temporais e políticas organizacionais; as fontes, com interesses noticiosos conflitantes; e a narrativa que, por sua vez, é fundamentada nos valores sociais do público do veículo de comunicação e no contexto histórico do profissional responsável por desenvolvê-la.

A partir desta concepção, pode-se considerar que, assim como as influências subjetivas já mencionadas, os aspectos objetivos vigentes na prática jornalística podem ser bastante relevantes no processo de produção da notícia. Ou seja, desempenham um papel normativo na dinâmica da atividade. Desse modo, percebe-se que o sentido da objetividade jornalística não deve estar associado à expressão final de uma convicção nos fatos, mas sim à confirmação de um método concebido que considera o real como múltiplo e,

segundo Melo (2007), é extremamente saudável e ético para a profissão.

Portanto, frente a esta nova perspectiva sobre o conceito de objetividade jornalística, apresenta-se a intersubjetividade como procedimento considerável e muito interessante para a dinâmica da rotina produtiva diária dos jornalistas, proporcionando a apresentação das interações, a fim de produzir um relato cada vez mais claro e atraente para o público. Ou seja, utiliza com equilíbrio os elementos expressivos com o objetivo de apresentar o fato da melhor maneira possível, mesmo junto às influências subjetivas vigentes no processo de construção da notícia.

6 Referências

- BERGER, P.; LUCKMANN, T (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- BUCCI, Eugênio (2000). *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FERREIRA, A.B. DE H (1999). *Novo dicionário Aurélio*. Curitiba: Positivo.
- HABERMAS, J. (1999). *Racionalidade e Comunicação*. São Paulo: Edições 70.
- JOVCHELOVITCH, S. (1999). “Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais”, in GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. (1999) *Novo dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MELO, Isabelle Anchieta de (2007). *A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade*, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt> [consultado a 28 de julho de 2008].

MORENO, Carlos Alexandre de Carvalho (2002). “O paradigma da notícia como construção social”, in *Revista LOGOS Comunicação e Universidade: Jornalismo e os processos de comunicação – imaginário social, ética, liberdade de expressão, desinformação, teoria do jornalismo*, 9: 63-71.

NEVES, Luiz Felipe Baeta (2002). “Imaginário da objetividade: ensaio sobre algumas práticas jornalísticas”, in *Revista LOGOS Comunicação e Universidade: Jornalismo e os processos de comunicação – imaginário social, ética, liberdade de expressão, desinformação, teoria do jornalismo*, 9: 7-15.

TRAQUINA, Nelson (2004). *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.